

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 158

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Tiago Amorim Novaes; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Neivo Beraldin - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 05: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado)- Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02: Chico Noroeste - Miltinho Puppio; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 01: Pastor Edson Praczyk.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 104ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE NOVEMBRO DE 1999**

(quinta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Antonio Carlos Belinati e Luiz Carlos Zuk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Edno Guimarães, Elio Lino Rusch, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Miltinho Puppino, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Tony Garcia (32). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nelson Garcia, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier, Beraldin, Carlos Simões, Chico Noroeste, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (22).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2303

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno, vem respeitosamente REQUERER

seja deferido pelo douto Plenário, Regime de Urgência na tramitação legislativa do Projeto de Lei nº 543/99, que proíbe a comercialização ou circulação de erva-mate para chimarrão e tererê com adição de açúcar, aditivos intencionais, ingredientes e coadjuvantes de tecnologia no território do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.11.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2302

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, Presidente da Comissão de Orçamento, vem respeitosamente REQUERER, na forma do Regimento Interno, prorrogação do prazo para apresentação de Emendas ao Orçamento do Estado do Paraná para o exercício 2000 até o dia 12 de novembro de 1999.

Sala das Sessões, em 04.11.99.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Paraná - SINDIMETAL - PR, alusivos ao aniversário de 40 anos de sua fundação, que ocorrerá no próximo dia 9 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Senhor Elcio José Rimi, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Almirante Tamandaré, 1133, CEP: 80040-110, Município de Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à União dos Escoteiros do Brasil (Rua Ermelino de Leão, 492 - Curitiba), pela comemoração de 75 anos de sua fundação.

Sala das Sessões, em 04.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A União dos Escoteiros do Brasil, está comemorando hoje, 04 de novembro de 1999, 75 anos de sua fundação.

O Movimento Escoteiro surgiu durante um acampamento da Ilha de Bronsea, na Costa Sul da Inglaterra em 1907 por iniciativa do General Robert Smith Baden Powel, que experimentava o método educacional que ide-

alizara. O sucesso do acampamento encorajou-o a prosseguir e de lá para cá, não deixou de crescer um só território do globo.

O escotismo foi introduzido oficialmente no Brasil no dia 14 de junho de 1910, por iniciativa de oficiais da Marinha Brasileira que estavam em missão na Inglaterra. após a chegada no Brasil, o movimento rapidamente se espalhou, principalmente por iniciativa de pessoas que mantinham contato permanente com a Inglaterra.

Se no início contou com 20 jovens participantes deste acampamento com Baden Powel, hoje o movimento contabiliza mais de 300 milhões de pessoas que são ou foram escoteiros. O Bureau Mundial do Escotismo, com sede em Genebra, tem em seus registros atuais 28 milhões e 500 mil membros, de mais de 160 países associados. No Brasil, a União dos Escoteiros do Brasil, registra 70 mil membros, divididos em 1100 grupos escoteiros.

A Igreja Católica sempre demonstrou interesse pelas causas educacionais, e desde o início surgiram tropas escoteiras que uniam os princípios da nova Pedagogia descrita por Baden Powel, às regras, às leis, aos dogmas da religião. foi a Igreja Católica, com a Confederação dos Escoteiros Católicos do Brasil, também uma das responsáveis pela criação da UEB.

A União dos Escoteiros do Brasil, por lei é a única instituição autorizada para a prática do escotismo no território nacional, tanto em questões legais internas, quanto da Organização Mundial do Movimento Escoteiro (Genebra). A UEB é formada pelas Regiões Escoteiras (há uma em cada Estado do País).

O Presidente da União dos Escoteiros do Brasil - Região Paraná é o Dr. Paulo Salamuni; seu Secretário Geral é Ewerson Steigleder e o Presidente do Centro Cultural do Movimento Escoteiro do Brasil é o Comandante Carlos Borba.

Pela comemoração dos 75 anos de fundação da União dos Escoteiros do Brasil, receba aquela instituição, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2309

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associazione Italiana Combattenti e Reduci - Sezione Di Curitiba (Centro Ítalo-Brasileiro - Rua Desembargador Westphalen, nº 15 - 1º e 9º andar - Curitiba), pela comemoração do Dia da Força Armada Italiana, em data de 04 de novembro.

Sala das Sessões, em 04.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 04 de novembro de 1918 tinha fim a I Grande Guerra Mundial.

A Guerra começou para a Itália em 24 de maio de 1915. As perdas humanas foram muitas - 600 mil mortos e mais de um milhão entre feridos e mutilados.

Após a I Guerra, foi fundada a Associação de Combatentes (inicialmente chamada de ex-combatentes, que posteriormente passou a ser chamada de combatentes, sendo os ex-combatentes considerados os já falecidos). A sede da associação fica em Roma e seu Presidente é o Deputado Gustavo De Meo.

Aqui no Brasil, a Associação possui hoje cerca de dez associados (já possui cerca de 30) e seu presidente é o Comendador Giovanni Luigi Corso.

Após a 2ª Guerra Mundial foi instituído também "Il Giono Delle Forze Armate" (o Dia da Força Armada), lembrando os Militares que estão na defesa daquela Pátria, hoje República Italiana.

Pela comemoração deste importante dia, receba a Associação de Combatentes, através de seu Presidente, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Negro, pela passagem de seus 129 anos de emancipação política, no próximo dia 15.11.99.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Senhor Ary Siqueira, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Arci Pedro Castelli, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 04.11.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Rio Negro estará, no próximo dia 15.11.99, comemorando festivamente seus 129 anos de emancipação política.

Portanto, está de parabéns o povo de Rio Negro, assim como sua comunidade alemã que foi uma das primeiras a chegar no Estado do Paraná vindas de Trier cidade do sul da Alemanha, dando sua valiosa contribuição para a prosperidade do município.

Vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempos não foi em vão, mas contribuiu para despertar a crença num futuro voltado ao progresso cada vez maior daquela região.

O aniversário de Rio Negro diz muito a todos nós paranaenses que amamos a nossa terra e a ela devotamos o melhor de nossas energias.

Com todo o respeito que a população de Rio Negro é merecedora, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, renova sua homenagem de gratidão e reconhecimento certos de que continuará na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 2312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de voto de congratulações, ao Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Estado do Paraná, (SINTEA), pela passagem do Dia do Técnico Agrícola a ser comemorado no dia 05 de novembro de 1999.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa, solicitando o envio de cópia do presente aos homenageados, representados na pessoa do Senhor Gilmar Zachy Clavisso, Presidente do SINTEA, na Rua Itararé, 43, sala 15, centro, Curitiba-Paraná, CEP 80060-040.

Sala das Sessões, em 04.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2311

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente a Exma. Senhora Alcyone Vasconcelos Saliba, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando a permanência do Núcleo Regional de Educação em Wenceslau Braz.

Requer ainda, que deste requerimento se dê ciência a Exma. Sra. Carolina Batistão de Souza, DD. Prefeita Municipal daquele município.

Sala das Sessões, em 04.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Conforme consta, existe um projeto da Secretaria de Educação, objetivando transferir o núcleo regional de educação, de Wenceslau Braz para Jaguariaíva.

As autoridades constituídas do Município de Wenceslau Braz estão se movimentando e pedindo o apoio dos Parlamentares, no sentido de que o referido núcleo seja mantido, inclusive em razão de estar o Município de Wenceslau Braz em localização geográfica muito melhor.

A mudança proposta irá acarretar elevados gastos com o deslocamento de Diretores, Professores, funcionários, pais e alunos, prejudicando até mesmo a qualidade da educação regional.

Além disso, o Município de Wenceslau Braz, quando da criação do núcleo, adquiriu o prédio do Banco do Brasil para abrigá-lo com maior comodidade, cedendo o mesmo sem nenhum ônus para o Estado.

REQUERIMENTO Nº 2305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis do Informativo de autoria do Deputado Federal Moacir Micheletto, que trata da Renegociação de Dívidas Agrícolas, tendo como pauta a Medida Provisória 1918, anexo ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 04.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, de matéria publicada no Jornal "Gazeta Mercantil", do dia 28 de outubro de 1999, com o título "A verdade sobre o Paraná", pelo Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Giovanni Gionédís, conforme anexo.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 04.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 550/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Almirante Tamandaré, Região Metropolitana de Curitiba, distante 15 Km da nossa Capital, possui hoje cerca de 100.000 habitantes e 42.000 eleitores.

O município possui atualmente 62 bairros e sua economia está baseada principalmente na exploração do Calcário. O município possui algumas empresas de grande porte, entre elas a BRASILSAT que está em fase de instalação na cidade, o que certamente aumentará ainda mais a população, com a geração de emprego e renda.

Almirante Tamandaré possui alguns problemas graves sociais, entre eles o grande número de menores de

rua, alguns freqüentando bares e outros estabelecimentos noturnos que o município possui em grande quantidade. Isso está ocasionando um altíssimo índice de criminalidade, especialmente ligado à infância e adolescência. São muitos os casos, especialmente de prostituição infantil noticiados nos jornais diariamente, envolvendo o Município de Almirante Tamandaré.

As autoridades policiais, na tentativa de coibir o aliciamento, tráfico e exploração de menores, bem como a violência em geral, vem desenvolvendo um exaustivo trabalho, mas que infelizmente não tem sido suficiente para a diminuição dos casos, já que o município possui apenas uma Delegacia de Polícia Civil e um Batalhão de Polícia Militar, ambos situados no centro da cidade, para atendimento de toda a sua numerosa população.

É importante que o Governo do Estado efetue a instalação desta delegacia especializada, com pessoal especializado em casos de menores, pois este passo em muito contribuirá para a solução deste gravíssimo problema que Almirante Tamandaré está enfrentando.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que em muito virá beneficiar aquela municipalidade.

PROJETO DE LEI Nº 551/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Delegacia da Mulher no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Almirante Tamandaré, Região Metropolitana de Curitiba, distante 15 Km da nossa Capital, possui hoje cerca de 100.000 habitantes e 42.000 eleitores.

O município possui atualmente 62 bairros e sua economia está baseada principalmente na exploração do Calcário. O município possui algumas empresas de grande porte, entre elas a BRASILSAT que está em fase de instalação na cidade, o que certamente aumentará ainda mais a população, com a geração de emprego e renda.

Almirante Tamandaré possui alguns problemas graves sociais, entre eles o grande número de ocorrências policiais envolvendo mulheres. Isso está ocasionando um altíssimo índice de criminalidade, especialmente ligada à mulher. São muitos os casos, noticiados nos jornais diariamente, envolvendo o Município de Almirante Tamandaré.

As autoridades policiais, na tentativa de diminuir a violência em geral, vem desenvolvendo um exaustivo trabalho, mas que infelizmente não tem sido suficiente para a diminuição dos casos, já que o município possui apenas uma Delegacia de Polícia Civil e um Batalhão de Polícia Militar, ambos situados no centro da cidade, para atendimento de toda a sua numerosa população.

É importante que o Governo do Estado efetue a instalação desta delegacia especializada, com pessoal especializado em casos de menores, pois este passo em muito contribuirá para a solução deste gravíssimo problema que Almirante Tamandaré está enfrentando.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei, que em muito virá beneficiar aquela municipalidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

O dia de hoje marca, em todo o território nacional, o dia do protesto do Poder Judiciário. Em solo pátrio, nesta data, mais de 14 mil juizes de Direito estarão se mobilizando, não em uma greve, mas em uma amostra aos poderes constituídos desta República de que alguma coisa deve ser feita para salvar o Judiciário, e mais precisamente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Cidade de Ponta Grossa, através dos Senhores juizes participa hoje do dia nacional de mobilização e protesto desta categoria e irá realizar às 13 horas e trinta minutos no Tribunal do Juri do Fórum uma manifestação por reajuste salarial em defesa da autonomia dos Poderes da República pedindo respeito à Justiça. Eles se dizem indignados com o que chamam de processo de desmoralização da magistratura.

O protesto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi confirmado ontem pelo Poder Judiciário da minha cidade. Assinaram o documento de protesto e da reunião desta tarde os senhores juizes. Fábio Marcondes Leite, Fernando César Leni, Francisco Carlos Jorge, Luiz César Nicolau, Luiz Henrique Mirando, Luiz Setembrino Von Holleben, Raul Vaz da Silva Portugal e Sérgio Luiz Patitucci. Os juizes argumentam que o Poder Judiciário é o principal pilar da democracia, uma vez que precisa defender a Constituição Federal sem interesse político e econômico.

O Brasil, Senhores Deputados, tem um juiz para cada 23 mil habitantes, índice muito abaixo da média considerada razoável pela categoria.

E numa comparação para esta Casa, os juizes mostram que o salário de um juiz federal ou de um juiz da justiça do trabalho é de cinco mil oitocentos e trinta e dois reais. Os juizes do Tribunal Regional Federal ou do Trabalho, numa categoria um pouco acima,

recebem seis mil e quatrocentos reais. A remuneração é considerada baixa, uma vez que um analista do Banco Central ou um auditor da Receita Federal recebe sete mil trezentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos.

E segundo ainda os juizes, numa planilha demonstrada, um perito criminal federal também ganha mais que o juiz com salário de oito mil novecentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos. E ainda apresentam os juizes com argumento para a valorização profissional das suas classes, que são os magistrados, lembram que precisam ter ainda durante o exercício da sua função uma dedicação exclusiva, absorver conhecimentos que vão da psicologia ao setor de finanças, além de manter uma postura isenta diante das causas a serem analisadas. O juiz, Senhores Deputados, não pode exercer comércio, o juiz não pode participar de nenhuma sociedade empresarial, o juiz não pode se filiar a partido político algum e o juiz não pode concorrer a cargo eletivo, o juiz não pode exercer qualquer cargo de direção ou técnico em nenhuma sociedade civil em nenhuma associação, em nenhuma fundação, salvo sem remuneração a favor da sociedade aonde ele está lotado.

Queria neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, me somar ao Poder Judiciário do nosso Estado, ao Poder Judiciário da nossa nação, de que se a Justiça do Trabalho recebe salários bem acima da categoria dos juizes que reclamam neste dia, não uma equiparação, mas o reconhecimento de que a Magistratura não pode sofrer esta desmoralização.

Estamos nos somando, Senhores Presidente e Senhores Deputados, para que esta Casa realmente some com esta categoria e possamos devolver aquela hegemonia proposta pelos Senhores Magistrados de darmos ao Poder Judiciário uma autonomia pela qual, não só financeira, mas uma recuperação naquilo que representa o Poder Judiciário desta Nação e deste Estado do Paraná.

Quero neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, dizer que estarei presente logo mais à tarde na reunião dos juizes aqui mencionados e de mais alguns da região queiram se somar à Magistratura de Ponta Grossa neste dia de protesto para que possamos sensibilizar os Poderes maiores desta República, para que possamos dar o que recebe o Juiz do Tribunal de Contas, o que recebem os Juizes do Tribunal Superior do Trabalho, o que recebem os Auditores da receita Federal e o que recebem os Peritos Criminais Federais desta Nação, que são salários acima de 8.967,71 reais, de uma demonstração que alguma coisa deve ser feita em benefício, em respeito ao Poder Judiciário deste país e deste Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo oradores no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças: PFL, PTB, PPB, PDT, PSL, PSDB, PMDB.

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Sem sombra de dúvida, um dos assuntos que têm mais ocupado a atenção deste Parlamento nos últimos dias, da imprensa estadual, da imprensa federal, diz respeito às finanças do Estado do Paraná, o seu grau de endividamento, o perfil desta dívida. E evidentemente as informações cada vez mais distorcidas por parte do Governo com relação ao montante e ao perfil deste endividamento do Paraná.

Quero trazer hoje a conhecimento deste Plenário matéria publicada, assinada pelo ilustre Secretário da Fazenda do Paraná, Giovani Gionédís, artigo por ele publicado na Gazeta Mercantil no dia 28/10, portanto, quinta-feira da semana passada, onde ele fala sobre as finanças do Estado e usa o seguinte título: “a verdade sobre as finanças do Paraná”. Ele vai fazendo uma série de análises, criticando o Requião, Álvaro Dias, ex-governadores, certamente, José Richa, Ney Braga, Jaime Canet Júnior, Paulo Pimentel, Bento Munhoz da Rocha - parece-me que as suas críticas vão até o Zacarias de Góes e Vasconcelos, que assumiu o governo do Paraná em 1853.

Na segunda coluna, que ele escreve neste jornal, diz o seguinte: “e os demais compromissos escritos e restos a pagar, teremos nove bilhões, duzentos e noventa e cinco milhões de dívida total. Então não são evidentemente os cinco bilhões, oitocentos e oitenta e dois milhões anunciados aqui neste Plenário, pelo nobre Líder do Governo, Valdir Rossoni - números que foram naquela oportunidade contestados por nós, pelo Deputado Vanhoni, que no dia de ontem foi amplamente contestado pelo Deputado José Maria Ferreira, pelo líder das oposições e por todos nós da oposição, que tivemos a oportunidade de falar desse assunto.

O Secretário Giovani Gionédís, que está para vir a esta Assembléia desde o dia 30/06, quando se aprovou um convite na Comissão de Finanças, afirma que teremos uma dívida total de 9 bilhões e 295 milhões.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nenhum de nós aqui desconhece que o Governo do Estado está buscando e já foi anunciado pelo Governador, Secretário da Fazenda, do Planejamento e pelo Presidente do Banco do Estado, que nos próximos dias chegará mais 1 bilhão e 700 milhões. Se temos aqui 9,295, vamos colocar 9.3 mais 1.7, são 11 bilhões de reais. E o que as oposições têm dito aqui nesta Casa? Que até o final do presente exercício de 1999 o Paraná deixe este milênio, para o milênio novo de 2000, com uma dívida superior a 12 bilhões de reais. Por quê? Se temos aqui declarado pelo Secretário Gionédís, em artigo que ele assinou, no dia 28/10, na Gazeta Mercantil, que a dívida total é de 9 bil-

hões e 295 milhões, acrescidos mais 1 bilhão e 700 que vêm para o BANESTADO, chegaremos a 11 e esse 1 bilhão e 500 de royalties, que estamos gastando antecipadamente, somados a isso tudo, não passaremos de 12 bilhões?

Não é a oposição que está, como pretende dizer o Governador, ridicularizando, ao propor uma CPI. Não é a oposição que está banalizando o assunto, como pretende colocar o Deputado Valdir Rossoni. Quem está banalizando o assunto é o próprio governo, que através do Secretário vem e assume uma dívida de 9 bilhões e 295 milhões e anuncia mais 1 bilhão e 700, fechando em 11 bilhões. Hoje, já 11 bilhões. Quem está banalizando o assunto, ridicularizando, não a questão do endividamento, mas este Parlamento, é o Líder do Governo, Valdir Rossoni, o Governador Jaime Lerner, que a cada dia apresenta uma fórmula mágica para tentar justificar o perfil de uma dívida, que não fomos nós que constituímos, porque quando o governo nosso, do PMDB, de Requião, Mário Pereira, Álvaro Dias, Ari Queiroz, Richa e João Elísio, encerrou o seu período, o Paraná devia apenas 1 bilhão e 400 e não 11 bilhões, como deve, no presente momento, como declaração do próprio Secretário da Fazenda, repito, em artigo assinado, que pedirei à minha assessoria um requerimento para registrar, nos Anais da Assembléia, este artigo da lavra do Secretário Gionédis, que diz que a dívida total já é de 9.295, acrescido mais 1 bilhão e 700 que virá para o saneamento do BANESTADO, ele já chega a 11 bilhões, e mais os royalties, que vamos antecipar, de 1 bilhão e meio, que passa de 12 bilhões.

Concedo o aparte ao Deputado Hermes.

O Sr. Hermes Fonseca

Nobre Deputado Pessuti, creio que as colocações de Vossa Excelência são muito próprias, porque, o que estamos vendo, em primeiro lugar, é uma falta de seriedade do Senhor Secretário da Fazenda do Paraná, a falta de seriedade, a falta de responsabilidade para com esta Casa, porque os jornais de hoje já anunciam a possível ausência do Senhor Secretário, no dia 11, aqui.

Os jornais já estão alimentando esta notícia e eu chego quase a acreditar que o Secretário não estará aqui, nesta Casa, para prestar esclarecimentos, como foi convocado. Isso é brincadeira, é falta de responsabilidade, isto é falta de consideração com a Assembléia Legislativa do Paraná! E brincadeira é o que está fazendo a imprensa também, colocando notícias diferentes e o povo do Paraná, hoje, a sociedade não sabe mais quanto deve este Estado.

O Sr. Antonio Baratter

Deputado Pessuti, gostaria, se o senhor pudesse me explicar, a que o senhor atribui que todos os governos estaduais, aqui no Brasil, que assumiram, não neste mandato, mas no mandato passado, onde, em média, a dívida de todos os Estados do Brasil, quadruplicou, indepen-

dente do partido que governava, esta dívida quadruplicou, sextuplicou a dívida do Governo Federal, que tem, inclusive o apoio do seu partido, no Congresso Federal.

Gostaria, se o senhor pudesse me explicar, quais foram os fatores econômicos, quais foram os fatores sociais que permitiram que, em todos os Estados do Brasil, a dívida, em média, quadruplicasse?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Baratter, fica muito fácil responder à pergunta de Vossa Excelência e eu a respondo com uma outra pergunta. Vossa Excelência me pergunta por que é que as dívidas quadruplicaram, em todos os Estados? E pergunto a Vossa Excelência por que a dívida do Paraná, gostaria que Vossa Excelência me explicasse, já que está bem entrosado com o Governo do Estado, por que a dívida do Paraná, enquanto as outras quadruplicaram, a do Paraná, nem sei dizer, decuplicaram? Dez vezes, era 1 bilhão e 300, vai para 13 bilhões. Então, se aqui tivesse apenas quadruplicado estava bom, estávamos aí com uns 6 bilhões, dava para aguentar! Mas vai para mais de 13, então devolvo a pergunta a Vossa Excelência, como Vossa Excelência pode me explicar que, no Brasil inteiro, as dívidas quadruplicaram, e aqui no Paraná, elas se multiplicaram por 10?

Concedo o aparte ao Deputado Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Deputado Pessuti, a pergunta que Vossa Excelência dirige ao Deputado Baratter é fácil responder, é só ele assinar a Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a dívida do Estado, e teremos, oficialmente, demonstrado ao Paraná, a esta Casa e a toda família paranaense, a origem do aumento do endividamento do Estado do Paraná. Acho que a pergunta do ilustre Deputado não cabe a um assunto de tamanha responsabilidade que Vossa Excelência levanta, nesse instante, quando querendo que vossa pessoa argumente, a nível federal e a nível de outros Estados, onde não temos a nossa alçada de representação. Somos Deputados do Paraná, e aqui sim, neste Plenário, neste Estado, cabe a nossa representação política!

Devolvo a pergunta a Vossa Excelência, solicitando do ilustre Deputado Baratter, se tiver coragem suficiente, de querer a resposta à altura da representação que ele possui, ele assina a CPI, do endividamento do Estado. E teremos, não do Secretário os números, nem do Banco Central, muito menos dos nossos Senadores, teremos a realidade da dívida do Estado que todo mundo está mentindo. O ilustre Deputado Valdir Rossoni, com toda inteligência que possui, não consegue “tapar o sol com a peneira”. Passa os prestos da verdade, os prestos da luminosidade e da razão, que Vossa Excelência, agora, através de um documento do Secretário das Finanças, desmente os números apresentados pelo Líder do Governo nesta Casa, que estão registrados nos Anais deste Poder.

Então, Deputado Orlando Pessuti, um assunto tão sério tem Vossa Excelência como resposta ao Baratter,

ilustre Deputado e outros Deputados da situação, para fazermos a CPI do endividamento do Estado que iremos mostrar, desde o início da dívida até os dias atuais. Se querem jogar para este ou aquele Governador, teremos a razão mostrada em números, num documento que será isento de oposição, de situação, para mostrar a realidade do nosso Paraná. Chega de mentira e chega de fantasias.

Obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Passo a falar no horário das oposições.

Devo agradecer de imediato os apartes que me ofereceram o Deputado Hermas Brandão, Deputado Luiz Carlos Zuk, e dizer ao Deputado Baratter, que mesmo tendo falado fora do microfone, foi possível ouvir que chega de mentiras. Tenho certeza que Vossa Excelência já está se arrependendo de algumas coisas que tem feito neste Parlamento, e rapidamente tenta se comportar de modo diferente.

Concedo o aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Orlando Pessuti, uma das funções do Parlamento é justamente de acompanhar e elaborar a Legislação Orçamentária, fazer o seu acompanhamento.

E o resultado, produto da dívida do Estado do Paraná, sobretudo, o seu crescimento anormal diante inclusive da realidade anormal. É e deve ser, Senhores Deputados, objeto da análise desta Casa. Se tivermos que ficar a reboque de um Senador da imprensa para obter informações que são vitais para o desenvolvimento do mandato, evidentemente estaremos deixando de cumprir a nossa tarefa maior, que é de fiscalizar, acompanhar o Governo. Somos representantes da população, e temos a obrigação de conhecer quando o Estado salta de uma dívida de um bilhão, trezentos e noventa e cinco, para aproximadamente doze bilhões no final desse exercício.

Ora! Não estamos falando de ridicularia não. Estamos falando de um fato concreto, que vai afetar e já está afetando a capacidade de investimento do Estado do Paraná. O Estado do Paraná, paga taxa hoje de permanência de projetos que o Governo entende como necessários e fundamentais ao desenvolvimento econômico e social do nosso Estado. E por que o faz? Porque não tem mais condições de alavancar da sua contrapartida. Estamos observando, que inclusive o Governo corre sério risco, de amanhã ter esses contratos rescindidos, porque está usando de artifícios, para fazer a contrapartida que lhe é devida conforme o contrato. E diria mais, inclusive, ao Líder da minha Bancada, Deputado Baratter. A dívida é fácil. Se compararmos os Estados, a Secretaria do Tesouro Nacional tem em mãos um levantamento datado de 30/06, em que o Paraná, ganha sobejamente em dívida pela quebrada, a corrupta Alagoas, para o Piauí que hoje está naufragado num mar de corrupção. Em contrapartida estamos perdendo para o Amazonas em mortalidade

infantil. Hoje o Estado do Paraná em mortalidade infantil é o 11º e o Amazonas é o 7º. Mais do que nunca temos a responsabilidade de fazer esses questionamentos. Não é ridículo, e sim cumprir o seu mandato que recebeu nas urnas. Deputado Orlando Pessuti cumprimento-o mais uma vez pelo assunto que traz a este Plenário. Não vendo Bancada, não vendo posicionamento político, mas vendo o papel deste Poder. Esse Poder está querendo se preservar e Vossa Excelência tem buscado isso, então quando um convite, um requerimento é aprovado, que seja efetivado. Caso contrário, perderemos a força e passaremos a cair no ridículo diante da comunidade, por não termos condições de trazer um Secretário de Estado a esta Casa que tem sérias e reveladoras informações para prestar à sociedade paranaense.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o aparte oportuno que nos oferece.

Reafirmo sem nenhuma preocupação que os números que apresentamos aqui são oriundos dos balanços e balancetes publicados em Diário Oficial pelo Governo do Estado. São números que são fornecidos pelo Banco Central, pela Secretaria do Tesouro Nacional, números esses que foram entregues aos Senadores e esses deram conhecimento a nós.

São informações assinadas pelo próprio Secretário. Quando vemos o Líder do Governo vir aqui e tentar desautorizar e dizer que estamos banalizando o assunto; quando lemos nos jornais o Governador dizendo que estamos ridicularizando o assunto. Não somos nós que estamos banalizando, nem ridicularizando. Estamos trazendo a verdade. A verdade que é trazida por toda uma imprensa falada e escrita e que é repercutida e mostrada com dados e números no Senado Federal. Será, Deputado Antonio Carlos Baratter, que o Presidente do PSDB, o Senador Álvaro Dias está mentindo? Como afirmou Vossa Excelência? Vossa Excelência afirma que os números que trazemos são falaciosos, fantasiosos. Será que os números que temos aqui, que são os mesmos que repercutem o Senador Álvaro Dias são mentirosos?

Concedo um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Antonio Carlos Baratter

Quando fiz o questionamento disse que tínhamos que ter a análise do todo, porque é muito fácil para a Situação e para a Oposição discutir partes. Uma parte está sempre distante de uma lógica. Não vive-mos isolados numa ilha. Estamos num Estado federativo. Quando o senhor insiste nos números e na pessoa do Secretário Giovani Gionédís, que ainda não se fez presente nesta Casa, ele não tem a obrigação de se fazer presente, porque simplesmente recebeu um convite. E convite nós aceitamos ou não. Isso está a critério do Senhor Secretário. Claro que cabe à Opo-

sição e faz parte, fazer a discussão política dos números.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Perfeitamente, a Assembléia é uma Casa política e tem que discutir.

O Sr. Antonio Carlos Baratter

Esta discussão seria diferente se o seu Partido tivesse votado no plebiscito para o Parlamentarismo. Aí, então, o Parlamento teria uma outra função e visão. Daí, também, nesse momento quero aqui cobrar o ingresso do PMDB na luta pelo Parlamentarismo.

Mas, vamos voltar aqui à questão dos números. Anteontem, na CNT, o ex-Governador de Brasília, Cristóvão Buarque. Lhe foi dirigida a seguinte pergunta, a respeito do endividamento: - por que o senhor trata o Fernando Henrique Cardoso tão carinhosamente? Ele respondeu: - não é que eu trate o Fernando Henrique Cardoso tão carinhosamente, é que quando participamos da política temos que fazer análise do todo, do conjunto. e nesse momento o PT a nível nacional procura discutir a análise de uma parte.

É o que está acontecendo hoje nesta Casa. Quando se discute os números, estamos, não buscando a realidade desses números, nem o conjunto, para ver onde cada um teve a sua parte desse todo.

Então respeito a Oposição e o senhor nesse momento faz um trabalho não só de Líder do PMDB, mas até da Oposição de que esta discussão não leva a lugar nenhum, porque é uma discussão iminente política. Se os senhores viessem à tribuna, absolutamente com os dados e discutissem caso a caso e, mostrassem que no Governo Collor, a respeito da Cidade Industrial aonde é que foi essa dívida começa a ser alavancada se torna absolutamente racional. A população começa a ter os esclarecimentos que precisa ter.

Enquanto ficarmos no debate iminente político, o Sr. está lavando a criança e jogando fora, com a água do banho.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Baratter, V. Exa., evidentemente faltou aqui analisar a probabilidade do parto gemelar na vaca pardo-suíça.

V. Exa. quis fazer uma análise de tudo, de Cristóvão Buarque, de Fernando Henrique Cardoso, é para discutir todo o problema do Governo, é o que V. Exa. quer da dívida, do conjunto da dívida.

Então, vamos começar a discutir no pedágio, a privatização da COPEL, da SANEPAR.

O Sr. Antonio Carlos Baratter

O senhor votou contra ou a favor?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sempre votei contra. E o nosso voto da bancada do PMDB, foi aqui registrado pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, no exercício da Liderança.

Votamos contra.

Mas, V. Exa., evidentemente, não votou nem a favor e nem contra, porque não estava aqui naquele momento.

Mas, tem se manifestado a favor do pedágio e temos nos manifestado ao contrário.

Para que a gente possa discutir no todo esta questão Deputado Baratter é que estamos conversando inclusive com o Presidente do Partido, que V. Exa. lidera nesta Casa, a implantação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque depois de ir naquilo que tem sido o cavalo de batalha, também do Deputado Valdir Rossoni, nesta Casa, quando fala da transformação dos 55 mil celetistas em estatutários.

Vamos esmiuçar isso.

Conversava ainda a pouco com o Deputado José Maria, ele nos falava isso. Vamos nas entranhas desse assunto, vamos ver até onde é verdade essa história que o Valdir Rossoni e, agora, o Governador coloca.

Que só o fato de ter transformado 55 mil celetistas em estatutários abriu um rombo de 5 bilhões no Estado.

Então vamos analisar isso, vamos colocar em aberto aqui que fez o Governo Collor, vamos colocar em aberto aquilo que fez o Governo Alvaro Dias, o Governo Richa e vamos colocar em aberto na mesa, para que todos possamos conhecer aquilo que fez ou não fez o Governo do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PST, PT, PSB, Liderança do Governo.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/97, autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de Francisco Beltrão. **COM PARECER FAVORÁVEL**

DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Aprovada a Emenda. Projeto aprovado, artigo por artigo.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 163/97

A presente emenda aditiva altera a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 163/97:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher, no Município de Francisco Beltrão, com atuação e competência para a resolução dos crimes e infrações cometidas contra a mulher, nos municípios de Marmeleiro, Renascença, Enéas Marques e Nova Esperança do Sudoeste”.

Sala das Sessões, em 16.08.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Alborghetti, Ademar Traiano e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A criação da Delegacia da Mulher no município, é providência que se impõe como medida para atender as antigas reivindicações, não só do povo de Francisco Beltrão, como de toda a comunidade dos demais municípios que compõem a jurisdição da Comarca de Francisco Beltrão: Marmeleiro, Renascença, Enéas Marques e Nova Esperança do Sudoeste.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 163/97

P A R E C E R :

Retorna a esta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 163/97, desta feita para exame da emenda aditiva de Plenário que alterou a redação do art. 1º da Proposição para acrescentar, na área de atuação da pretendida Delegacia da Mulher de Francisco Beltrão, os Municípios de Marmeleiro, Renascença, Enéas Marques e Nova Esperança do Sudoeste.

Os municípios acrescidos e respectivos distritos judiciários integram a Comarca de Francisco Beltrão, portanto devem ficar circunscritos na área de competência da Delegacia da Mulher do município sede da Comarca, que é Francisco Beltrão.

Em conformidade, a emenda proposta, com os ditames legais, constitucionais e regimentais, esta Comissão emite parecer favorável a sua aprovação, propugnando pela restituição do projeto de lei ao Plenário desta Casa para ultimar a votação do mesmo e da respectiva emenda.

Sala das Comissões, em 24.08.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 138/99, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva da rede hospitalar pública estadual e particular. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 138/99

Art. 1º - Em consonância com o art. 5º, inciso VII, da Constituição Federal, fica assegurada no Estado do Paraná a prestação de assistência religiosa, nas entidades civis e militares, de internação coletiva da rede hospitalar pública e particular, cadeias públicas, penitenciárias e órgãos públicos afins.

Art. 2º - Os religiosos para a referida assistência religiosa deverão identificar-se perante o setor próprio das entidades hospitalares e de segurança pública.

§ 1º - O religioso será devidamente identificado pela autoridade superior de sua respectiva instituição religiosa.

§ 2º - O momento da visita ficará condicionada à vontade do paciente e à recomendação do médico responsável.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

Apoioamento:

Ângelo Vanhoni, Hidekazu Takayama, Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Alborghetti, Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 138/99

P A R E C E R :

Relatório

Da autoria do Deputado Nereu Moura, o presente projeto dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internações coletivas da rede hospitalar pública estadual e particular.

Fundamentação

A que cabe a esta Comissão se manifestar, conforme o Regimento Interno lhe preceitua, o projeto em questão recebeu emenda substitutiva geral. Analisada a mesma no aspecto da sua constitucionalidade, enten-

demos que a mesma encontra-se em consonância com o disposto no art. 5º. VII, da Constituição Federal.

Conclusão

Assim sendo, é o nosso parecer favorável à Emenda Substitutiva Geral na forma em que se apresenta.

Isto posto, dada a inexistência de óbices nos planos legal e constitucional, a matéria encontra-se em condições de seguir sua normal e regimental tramitação pelos órgãos competentes desta Casa Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza a doação de imóvel ao Município de Jacarezinho conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o Lar do Menor Siqueirense, com sede e foro no Município de Siqueira Campos. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/99, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Nossa Senhora Aparecida dos Moradores de Barra dos Andrades, com sede e foro na Cidade de Rebouças. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Santa Casa de Misericórdia, com sede e foro no Município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/99, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública o Clube COPEL Ponta Grossa, CCPG, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 472/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que altera a redação do Art. 1º da Lei nº 12.672, que declara de Utilidade

Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro no Município de Faxinal. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 115, de 15.09.99.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 472/99

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, o presente projeto de lei, tem por finalidade alterar a redação do Art. 1º da Lei nº 12.672, que declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro no Município de Faxinal, a qual passará a ser denominada Associação Comunitária Novo Dia.

Chamada a opinar, esta Comissão, conforme determina o § 3º, do Art. 33 do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Márcio Martins Bonilha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 138, de 14.10.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 515/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Márcio Martins Bonilha.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o Lar Beneficente Frederico Ozanan, com sede e foro no Município de Iporã. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 139, de 18.10.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 521/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Lar Beneficente Frederico Ozanan, com sede e foro no Município de Iporã.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Quero mais uma vez chamar a atenção da Mesa como já havia feito há 10 dias, estou verificando na Ordem do Dia que alguns projetos estão passando somente pela CCJ. Por exemplo: o projeto do Deputado Caíto Quintana de hoje que trata da instalação de uma delegacia da mulher não passou pela Comissão de Segurança Pública; o projeto do Deputado Nereu Moura também só passou pela CCJ e não passou pela Comissão de Saúde Pública - ou se passou, aqui, não tem essa informação. Da mesma forma o projeto do Deputado Beto Richa que trata de doação de imóvel. Passou pela CCJ e não passou pela Comissão de Terras.

Ou valorizamos as Comissões ou não há sentido de que elas existam. Apenas essa abordagem que faço no sentido de valorizarmos as Comissões.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe a Questão de Ordem de Vossa Excelência. Realmente estamos tentando apurar o máximo a pauta e achamos que uma vez seja aprovado na CCJ, elas venham a Plenário. Mas vou solicitar à Diretoria Legislativa que procure cumprir o Regimento mandando esses projetos para as demais Comissões.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2305, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 2302 e 2303, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2304 e 2312, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2308 e 2309, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2310, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2311, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2313, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 163/97, 138 e 525/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 472, 515 e 521/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 326, 524 e 537/99.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 383/97

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder, a HELENA REGINA STEPHAN MORO, matrícula nº 076, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 247 e parágrafo único, da Lei nº 6.174/70, em virtude de não haver se afastado, do exercício de suas funções durante o 4º quinquênio compreendido entre 06.12.85 a 06.12.90,

licença especial de três (03) meses, a partir de 08 de dezembro do corrente ano.

(Prot. nº 9979/97)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.12.97.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Hermes Fonseca, Algaci Tulio, Carlos Simões, Moysés Leônidas, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Antonio Belinati, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 390/99 de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 393/99 de autoria do Deputado Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 472/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 451/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 450/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 470/99 de autoria do Deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 290/99 de autoria do Deputado Antonio Belinati. O Deputado Relator Durval Amaral REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 08) Projeto de Lei nº 374/99 de autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 536/99 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 524/99 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 522/99 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 515/99 de autoria do Depu-

tado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 138/99 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 466/99 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas, na forma da emenda anexa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 477/99 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO, por unanimidade; 16) Proposição nº 23/99 de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 471/99 de autoria do Deputado Caíto Quintana. CONCEDIDO VISTAS ao Deputado Plauto Miró Guimarães; 18) Projeto de Lei nº 260/99 de autoria do Deputado Ricardo Maia. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO, por unanimidade; 19) Projeto de Lei nº 403/99 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 505/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 523/99 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 521/99 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 489/99 de autoria do Deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 259/99 de autoria do Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 507/99 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 514/99 de autoria do Deputado Tiago Amorim Novaes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 525/99 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 537/99 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 239/99 de autoria do Deputado Renato Gaucho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa, na forma da emenda anexa - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 503/99 de autoria do Deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 286/99 de autoria do Deputado Nelson Justus. O Senhor Presidente determina a retirada de pauta do presente projeto, tendo em vista o início da Sessão Plenária. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputa-

dos presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária